

Resenha

Armando Alexandre dos Santos

O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*

Armando Alexandre dos Santos

Licenciado em História e em Filosofia; pós-graduado em Docência do Ensino Superior e em História Militar; professor da UNISUL, no curso de Pós-Graduação em História Militar; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Portuguesa da História.

Resenha de: DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Contexto, 2016. ISBN: 978-85-7244-952-6, 208p.

A participação do Brasil na Primeira Guerra está quase completamente esquecida na memória coletiva dos brasileiros – a mesma memória que conserva lembranças vivas da Segunda Guerra Mundial e até, surpreendentemente, da Guerra do Paraguai, ocorrida muito antes. Praticamente só se encontram registros muito de passagem sobre essa participação, nas obras de referência geral, de História do Brasil, e até mesmo de História Militar do Brasil. Hernâni Donato, no clássico e bem documentado *Dicionário das Batalhas Brasileiras*¹, consagrou apenas 22 linhas à participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. A monumental *História do Exército Brasileiro*, editada em 1972 pelo Estado-Maior do Exército, em três volumes que totalizam 1163 páginas, dedicou apenas um curto capítulo de cinco páginas² ao assunto, o qual foi de todo omitido na *Introdução à história militar brasileira*, de Durland Puppin de Faria (org.), obra de reconhecido mérito que serve, na Academia Militar das Agulhas Negras, como livro de texto sobre História Militar brasileira³.

De um modo geral, a bibliografia brasileira se omitiu no passado quase completamente a respeito da participação de nosso País na Primeira Guerra Mundial⁴. A partir de 2014, ano centenário do início do conflito, numerosas publicações vêm sendo lançadas em toda a Europa e nos Estados Unidos, com análises novas sobre os pródromos da Primeira Guerra Mundial, sobre o desenvolvimento que teve e as respectivas consequências. Igualmente foram relançadas edições de obras clássicas, de há muito esgotadas, possibilitando novas interpretações e renovando antigos debates. Vale lembrar, a propósito, a grande produção memorialística de personagens maiores ou menores, protagonistas ou meros coadjuvantes do conflito, que deixaram depoimentos que, à luz da perspectiva histórica, adquirem novo interesse quase um século depois de escritas e publicadas. Na França, especialmente, são inúmeras as obras desse gênero, mas também na Alemanha e na Inglaterra elas são encontráveis em grande número.

* Artigo recebido em 28 de fevereiro de 2017 e aprovado para publicação em 11 de abril de 2017.

No Brasil, o interesse pela Primeira Guerra Mundial, reativado pela lembrança do seu centenário, motivou o lançamento de um número considerável de livros estrangeiros, traduzidos e publicados por editoras brasileiras já desde os anos anteriores ao centenário propriamente dito⁵. Vários desses livros são de real valor e constituem leitura obrigatória para os estudiosos do assunto. Bem pouco numerosos, entretanto, estão sendo, até agora, os livros escritos por brasileiros que realmente aportem novas visões e interpretações da Guerra. Quase exclusivamente têm saído obras de mera divulgação, não fruto de pesquisas e estudos aprofundados, mas apenas compilações e resumos de obras europeias ou americanas, produzidas um tanto apressadamente e apenas para atender a encomendas de editoras interessadas em aproveitar a oportunidade do centenário⁶.

Exceção digna de especial análise é o recente lançamento do livro ora resenhado. Seu autor é Carlos Daróz, coronel do Exército Brasileiro, professor de História Militar em instituições de ensino das Forças Armadas e no Programa de Pós-Graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina. Daróz alia a formação militar e acadêmica com a prática diária em salas de aula, de modo que se habituou a exprimir em linguagem simples e quase coloquial assuntos complexos e frutos de pesquisas prolongadas. Sem nada perder da seriedade científica, consegue fazer-se entender dos alunos ou dos leitores. Isso o habilita a produzir obras que não são apenas de divulgação, mas são profundas e originais e, no entanto, ao alcance do grande público não especializado⁷.

O autor se filia à Nova História Militar⁸, corrente historiográfica que estuda a História Militar numa perspectiva ampla, que não se limita – como era comum entre os militares historiadores do passado – a focalizar a atenção quase exclusivamente nas batalhas, mas estuda o fenômeno guerra inserido num contexto pluridisciplinar que engloba aspectos políticos, diplomáticos, culturais, geográficos, econômicos, culturais etc.

Na introdução, o autor contextualiza o conflito, expondo seus antecedentes próximos e remotos e focalizando os acon-

tecimentos políticos e diplomáticos que levaram o mundo à catástrofe da guerra; estende-se na enumeração das fontes em que baseou seu livro, fruto de uma revisão da bibliografia brasileira, inglesa e norte-americana sobre a guerra, de coleções de jornais e revistas da época, bem como de prolongada pesquisa em fontes primárias, na documentação disponível em arquivos e museus públicos ou privados, civis e militares, no Brasil e também no exterior; e, por fim, enuncia o objetivo de seu livro:

Chegou a hora de fazer justiça e evidenciar o papel desempenhado pelos brasileiros, ainda que modesto, mas com a convicção de que o conflito teve um custo para o Brasil. Ao todo, quase duzentos brasileiros perderam a vida nos navios e nos campos de batalha da Europa, a maioria vitimada pela pandemia de gripe espanhola e outros em decorrência de acidentes durante as operações (p. 15).

Vêm, a seguir, os cinco capítulos que constituem o corpo do livro, cada um deles referente a um dos anos do conflito. O 1º capítulo, intitulado “1914: o suicídio da Europa”, historia a guerra desde seu estopim, o fatídico atentado de Sarajevo, no dia 28 de junho, quando foram assassinados o Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro das coroas da Áustria e Hungria, e sua esposa a Duquesa Sofia de Hohenberg. Esse atentado não parecia de início suficiente para precipitar uma guerra; não era o primeiro, numa época em que assassinar soberanos, príncipes ou chefes de Estado havia se tornado quase um modismo⁹; mas o fato é que nas semanas seguintes se azedaram as relações internacionais e a Europa, articulada num sistema de alianças, rapidamente se viu envolvida numa guerra de proporções inauditas. O capítulo contém ainda uma exposição sobre a situação política, diplomática e econômica do Brasil no momento em que eclodiu o conflito; nossos dois maiores parceiros internacionais eram Inglaterra e Alemanha – o que recomendava uma prudente posição de neutralidade. O Brasil, realmente, declarou-se oficialmente neutro e acolheu em

seus portos 44 navios mercantes alemães e dois austríacos, que preferiram ficar em nossos portos a correr os riscos de retornar à Europa num contexto de guerra.

No 2º capítulo (“1915: bloqueio submarino”) prossegue o relato dos acontecimentos bélicos nos campos de batalha europeus, mostrando como um conflito, que a princípio tendia a ser de curta duração, se prolongou indefinidamente, transformando-se numa lenta e sanguinária guerra de desgaste, na qual o mundo culto e refinado da *Belle Époque* se viu, de repente, diante da realidade nua e crua da guerra, com o prosaísmo e o horror das trincheiras, o terror da guerra química (gases asfixiantes), a extensão do conflito aos mares do mundo inteiro, o bloqueio marítimo que mutuamente se declararam Inglaterra e Alemanha, a intensa atividade dos submarinos, forma traiçoeira de guerra, coexistindo paradoxalmente com a luta dos primeiros pilotos de caça, franceses e alemães, que ainda duelavam nos ares com nobreza, mantendo rituais e gestos da antiga cavalaria medieval¹⁰. O capítulo ainda expõe a divisão interna que havia, no Brasil, entre simpatizantes dos dois lados em conflito, especialmente na imprensa¹¹ e na intelectualidade, mas também nas colônias de origem alemã ou italiana, muito numerosas no Brasil e, no conflito de 1914-18, colocadas em campos opostos.

“1916: Forças despreparadas” é o título do 3º capítulo. Nele, vemos a expansão ainda maior da guerra pelo mundo inteiro. Cada vez mais se caracterizava o conflito europeu por ser uma guerra de resistência e desgaste, dependendo ambos os lados do abastecimento por via marítima. Nações como Brasil e EUA, até então neutras e lucrando com o comércio de víveres, intensificado durante os dois primeiros anos de guerra, foram, pouco a pouco, sendo envolvidas na dinâmica do conflito e forçadas a tomar posição por um dos lados. Para essa eventualidade, o Brasil se encontrava totalmente despreparado, pois seu Exército e sua Marinha estavam tecnicamente muito defasados.

Em 1917, o Brasil passou da posição de neutralidade para a de beligerância. O 4º capítulo, “1917: a guerra chega ao Brasil”, mostra como se deu essa mudança.

Até o início do ano, de modo geral foi respeitada pelos alemães a neutralidade de nações como EUA e Brasil, que comerciavam com ambos os lados. Mas em fevereiro de 1917 o *Kaiser* Guilherme II autorizou a guerra submarina sem restrições, contra quaisquer navios mercantes, de quaisquer bandeiras, que se aproximassem de portos franceses, ingleses e italianos. Nos dois meses seguintes, 11 navios norte-americanos foram atacados por submarinos alemães, o que levou os EUA a declararem guerra à Alemanha no dia 6 de abril. Dois dias antes disso, um navio mercante brasileiro, o *Paraná*, tinha sido afundado por um submarino alemão nas costas da França. A agressão despertou imediata indignação em todo o Brasil, e o Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, que tinha origem alemã e era favorável à manutenção da política de neutralidade, foi pressionado a renunciar. No dia 11 de abril, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e no dia 22 de maio revogou oficialmente sua posição de neutralidade, declarando-se favorável aos EUA e seus aliados europeus. Mas somente em 26 de outubro do mesmo ano, depois do torpedeamento de outros navios brasileiros e da intensificação do clamor nacional por uma tomada de atitude enérgica por parte de nosso governo, o Brasil formalmente declarou guerra aos impérios centrais.

No capítulo “1918: a longa travessia” é resumidamente exposta a fase final da guerra europeia; nos dois primeiros meses desse ano prosseguiu inalterada a guerra de trincheiras, como nos anos anteriores. Mas em março ocorreram mudanças importantes: os alemães assinaram com os bolchevistas russos o acordo de Brest-Litovsk, pondo fim à guerra na frente oriental, e puderam, assim, lançar suas forças integralmente na frente ocidental, tentando uma nova ofensiva. Esta teria sido fatal para os Aliados se a defecção dos russos não tivesse sido compensada, com imensas vantagens, pela entrada na luta dos EUA e, quase simultaneamente, do Brasil e de Portugal. Estavam acabando de chegar, a essa altura, os primeiros contingentes norte-americanos, de modo que, a partir de março, os combates retomaram todo o furor dos primeiros tempos da guerra.

A ofensiva germânica na França foi muito violenta, mas não conseguiu chegar, como desejava, a Paris. E em julho de 1918 foi possível aos Aliados lançar a sua contraofensiva, na qual os norte-americanos desempenharam grande papel e garantiram sucessivas vitórias. A partir daí, os alemães foram cedendo terreno, cada vez mais. Em setembro, se rendeu a Bulgária, aliada dos impérios centrais. Em outubro, foi a vez de a Turquia, outra aliada, igualmente capitular. Por fim, em novembro desabou de vez a gigantesca e formidável máquina de guerra inimiga. No dia 3 desintegrou-se o Império Austro-Húngaro; no dia 9 uma revolução republicana estourou na Alemanha e provocou a fuga inglória do *Kaiser*. Mais dois dias e, a 11, os novos senhores do poder na Alemanha derrotada assinaram o armistício que pôs fim à guerra.

É nessa fase final do conflito que entrou em cena o Brasil. Declarada a guerra, nosso governo imediatamente confiscou e incorporou à frota nacional os 42 navios de bandeira alemã que estavam em portos brasileiros desde o início do conflito. Nos meses seguintes, continuaram no Atlântico os ataques de submarinos alemães a embarcações brasileiras. Nos Estados do Sul, em que era mais forte a presença de imigrantes de origem germânica, o governo federal, por recear perturbações da ordem pública e atos de sabotagem, declarou estado de sítio. Foi também elaborado um estudo sigiloso que previa o envio de um grande corpo expedicionário para lutar na Europa, mas esse estudo, denominado Plano Calógeras, não chegou a ser posto em prática. Somente na década de 1930, foi tornado público.

Uma significativa colaboração para o esforço de guerra foi representada pela Missão Médica Militar Brasileira (MMMB), enviada para a França em agosto de 1918, sob a chefia do Dr. José Thomaz Nabuco de Gouvêa, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Era constituída por 131 homens, entre médicos militares e civis comissionados, acadêmicos de Medicina e auxiliares. Durante a viagem, foi duramente atacada pela gripe espanhola, morrendo vários dos seus integrantes e ficando outros internados num hospital da Argélia

francesa. Em Paris, a MMMB instalou um hospital militar destinado a socorrer feridos de guerra e, também, civis vitimados pela pandemia e prestou excelentes serviços, elogiados unanimemente pelos franceses. Mesmo depois de extinta a Missão, com o fim da Guerra, médicos brasileiros continuaram trabalhando no hospital até novembro de 1919, quando nosso governo fez entrega das instalações do hospital à Faculdade de Medicina de Paris.

Aviadores militares brasileiros também atuaram, nos meses finais da guerra e mesmo depois do Armistício, incorporados à recém-criada Royal Air Force britânica e ao US Naval Air Service. Também na Itália estiveram aviadores brasileiros em estágio, mas não chegaram a entrar em combate.

Nos últimos dias de 1917, foi constituída no Brasil uma comissão de estudos composta por 24 oficiais brasileiros que, sob o comando do General Napoleão Felipe Aché, deveria partir para a França e se incorporar às operações de guerra, com o objetivo de obter informações e material bélico que pudessem ajudar o Exército Brasileiro no seu esforço de atualização, de acordo com a doutrina militar corrente na França, diferente da escola prussiana até então adotada entre nós. A Missão Aché, como foi chamada, não se limitou ao estudo teórico, mas boa parte de seus membros participaram ativamente de operações de guerra do Exército francês. Alguns chegaram a ser promovidos por sua coragem em combate.

A Marinha de Guerra brasileira desempenhou ativamente seu papel de policiar nosso extenso litoral e emprestou à Marinha aliada considerável número de barcos capturados aos alemães em nossos portos. Esses barcos serviram às forças aliadas com tripulação brasileira. Foi também constituída uma Divisão Naval em Operações de Guerra composta por dois cruzadores, quatro contratorpedeiros, um tênder e um rebocador, com cerca de 1.500 homens, sob o comando do Contra-Almirante Pedro Max de Frontin. Sua missão era policiar a área compreendida entre o Senegal e o Estreito de Gibraltar, de importância vital para o abastecimento dos Aliados e infestada por submarinos alemães. Durante a travessia do Atlântico, a

Divisão chegou a ser atacada por um submarino germânico ao qual revidou com tiros de canhão, produzindo, ao que parece, seu afundamento. A atuação da DNOG foi comprometida, infelizmente, pela irrupção da gripe espanhola, que nos primeiros dias de setembro de 1918 atacou com grande violência a sua tripulação. Mais de 100 tripulantes morreram, 140 outros precisaram ser transportados de volta ao Brasil em estado muito grave, incontáveis outros foram também atingidos pelo morbo, mas conseguiram se recuperar. Perto de dois meses a DNOG precisou ficar imobilizada, na costa senegalesa, esperando a substituição dos tripulantes baixados e a recuperação dos doentes atingidos com menor gravidade. Somente a 3 de novembro pôde partir para a França, aonde chegou a 10, um dia antes de terminado o conflito mundial. Embora não tenha chegado a travar combates prolongados, foi pesado o saldo da "longa travessia" que inspirou a Daróz o subtítulo de seu livro. Registra ele: "A longa travessia da Divisão Naval estava encerrada: 156 oficiais e marinheiros brasileiros não tornariam a ver sua terra natal, cerca de 10% do efetivo total da DNOG, que totalizava 1.515 homens" (p. 170).

No total, nossa participação no conflito foi restrita, não ultrapassando dois mil o número de brasileiros diretamente envolvidos. Mesmo assim, foi suficiente para que, após o Armistício, o Brasil tivesse assento na conferência de paz entre as potências vencedoras, obtendo compensações bastante vantajosas do ponto de vista material. O Brasil foi

ressarcido do valor de seus navios afundados pelos alemães e pôde incorporar definitivamente à sua frota, mediante pagamento simbólico, os navios confiscados ao inimigo.

O livro de Daróz tem o mérito de seu pioneirismo e do extenso esforço de pesquisa bibliográfica e nas fontes primárias; tem, sobretudo, o grande merecimento de resgatar, para as novas gerações, uma página injustamente esquecida da nossa história militar. É de desejar que o autor prossiga seus estudos sobre o tema e, numa próxima reedição, ou talvez em trabalho à parte, focalize outro importante aspecto da participação brasileira no conflito de 1914-18: o papel dos voluntários brasileiros que, muito antes da entrada oficial do Brasil na guerra, já nela se haviam incorporado como voluntários, servindo no Exército francês ou no inglês. Os mais ilustres e famosos são os dois filhos da Princesa Isabel, Príncipes D. Luiz (1878-1920)¹² e D. Antonio de Orleans e Bragança (1881-1918), que se incorporaram ao Exército britânico desde o início do conflito, já que a legislação republicana francesa não permitia que servissem no Exército francês. Muitos outros brasileiros também se apresentaram como voluntários e serviram no Exército francês. O Conde d'Eu, em carta à Baronesa de Loreto, de 20-12-1917, se refere a mais de 40 brasileiros nessas condições, alguns dos quais condecorados por seu valor¹³. Esses heróis merecem ser resgatados do esquecimento, sobretudo num momento de intensa crise de valores, como o atualmente vivido pelo Brasil.

NOTAS

¹ *Op. cit.* Rio de Janeiro: Bibliex/Ibrasa, 2001, p. 152-153.

² *Op. cit.*, vol. III, p. 819-823.

³ *Op. cit.* Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015, 392 p.

⁴ O advérbio "quase" é devido a uma exceção que merece registro: o livro *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial (A diplomacia brasileira e as grandes potências)*, do Prof. Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, premiado pelo IHGB em 1989 – infelizmente esgotado e a merecer urgente reedição (Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990, 259 p.).

⁵ Entre outros, KEEGAN, John. *História Ilustrada da Primeira Guerra Mundial*. Trad. de Renato Rezende. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, 493 p.; ARTHUR, Max. *Vozes esquecidas da Primeira Guerra Mundial*. Trad. de Marco Antônio de Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 397 p.; SONDHANUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: história completa*. Trad. de Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2013, 547 p.; MAC MILLAN, Margaret. *A Primeira Guerra Mundial... que acabaria com as guerras*. Trad. de Gleuber Vieira. São Paulo: Globo Livros, 2014, 728p.; FERGUSSON, Niall. *O horror da guerra: uma provocativa análise da Primeira Guerra Mundial*. Trad. de Janaína Marcoantonio. São Paulo: Planeta, 2014, 768 p.; STEVENSON, David. *1914-1918: a história da Primeira Guerra Mundial*. Trad. de Valter Lellis. Barueri: Novo Século, 2016, 4 vols., 1076 p.

⁶ Uma exceção a essa pobreza editorial brasileira foi representada pela publicação, em 2014, de *O Brasil na I Guerra Mundial* (Gramado-RS: Clássica, 2014, 168p.), do Coronel. Luiz Ernani Caminha Giorgis, historiador militar que optou por fazer uma abordagem estritamente cronológica do assunto, relatando os acontecimentos no seu dia a dia. É obra de utilidade para consulta e referência para estudiosos do conflito.

⁷ Entre outras, ver *A Guerra do Açúcar: as invasões holandesas no Brasil* (Recife: UFPE, 2014, 448p.), obra que resemnhamos em: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, v. 468, p. 283-287, 2015.

⁸ Sobre a linha teórica da Nova História Militar, cfr. *Novas dimensões da História Militar* – antologia organizada por Russell F. Weigley, trad. do General. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Bibliex, 2 volumes, 1981, 465 p. Ver também PARENTE, Paulo André Leira. A construção de uma nova história militar, em *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, n. 1, dezembro de 2009.

⁹ Cfr. SANTOS, A. A. dos. O terrorismo no tempo dos nossos avós. *Notícia Bibliográfica e Histórica* (PUCCAMP), v. 191, p. 423-427, 2003.

¹⁰ Cfr. CHAMBE, René. *No tempo das carabinas*. Trad. de Augusto Sousa. São Paulo: Flamboyant, 1961, 211 p.; VV.AA., *Les chasseurs du ciel – Première Guerre Mondiale*. "Historia Spécial", 420 bis. Paris: Librairie Jules Tallandier, 1981, p. 2-67.

¹¹ Ver, a respeito, GARAMBONE, Sidney. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, 112p.

¹² SANTOS, A. A. dos. Um príncipe brasileiro voluntário na Grande Guerra. "Debater a História" (Vila Nova de Gaia, Portugal), v. Ano 2 n. 9, p. 40-47, 2015.

¹³ SANTOS, A. A. dos. Cartas do Conde d'Eu à Baronesa de Loreto. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, v. 467, p. 219-247, 2015.